

AS RELAÇÕES CAPITAL/TRABALHO NA ERA DA FINANCEIRIZAÇÃO: MODALIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL¹²

Las relaciones capital/ trabajo en la era de la financiarización. Modalidades de inclusión social.

Capital / labor relations in the era of financialization. Modalities of social inclusion.

Lesrelations capital / travail à l'ère de lafinanciarisation. Modalités d'inclusion sociale.

Héctor Palomino³

Professor consultor de Relações do Trabalho
Faculdade de Ciências Sociais – Universidade de Buenos Aires - UBA

Resumo

Que significados assume a subjetividade dos assalariados no capitalismo contemporâneo no qual prevalecem as finanças? A subjetividade se articula com as relações sociais nas quais os trabalhadores estão inseridos e para a maioria tende a se impor atualmente a dominação do capital financeiro com uma chave política, cultural e ideológica. Com a financeirização, o capital busca confrontar com trabalhadores concebidos como puro custo laboral, esvaziados de subjetividade através de vários caminhos. Pela precarização, mediante a desapropriação de vários direitos laborais; pela crescente automatização, mediante a subordinação tecnológica nas condições de trabalho; através da substituição de contratos trabalhistas por contratos mercantis, deslocando a condição de trabalhador para a figura do empresário. Os assalariados, que seguem constituindo a maioria dos trabalhadores, resistem o esvaziamento de sua subjetividade mediante a ação direta em conflitos trabalhistas, ou mediante a defesa de direitos coletivos sustentados nas instituições trabalhistas que ainda perduram. Atualmente na Argentina, os trabalhadores vinculados em sindicatos expressam uma subjetividade fortalecida pela reconstrução de um centro social que articula a classe operária com as classes medias assalariadas, que impulsiona a mobilização contra as políticas de ajuste implementadas por um regime neoliberalista tardio.

Palavras chaves: Financeirização; Assalariado; Precarização; Empresarialismo; Mobilização.

Abstract

What meanings does the subjectivity of wage earners assume in contemporary capitalism in which finance prevails? The subjectivity is articulated with the social relations in which the workers are inserted, and for the majority, the domination of financial capital with a political, cultural and ideological key tends to impose itself at the moment. With financialization, capital seeks to confront workers conceived as pure labor costs, emptied of subjectivity through various paths. Through precariousness, through the expropriation of various labor rights; by increasing automation, through technological subordination in working conditions; through the substitution of labor contracts for commercial contracts, shifting the status of worker to the figure of the entrepreneur. The salaried employees, who continue to constitute the majority of workers, resist the emptying of their subjectivity

¹A primeira versão deste texto em espanhol foi apresentada oralmente no 4º Simpósio Internacional Trabajo, Actividad y Subjetividad, em Córdoba, Argentina, entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, e será publicado em espanhol no Livro do referido evento.

²Traduzido por José Fernando Patino Torres, professor doutor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins; e Fernanda Reis, acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins.

³hymopalomino@gmail.com

through direct action in labor conflicts, or through the defense of collective rights sustained in the labor institutions that still remain. Nowadays in Argentina, union workers express a subjectivity strengthened by the reconstruction of a social center that articulates the working class with the middle classes, which drives mobilization against the adjustment policies implemented by a late neoliberalist regime.

Keywords: Financialization; Salaried Employee; Precariousness; Corporativism; Mobilization.

Résumé

Quelles sont les significations de la subjectivité des salariés dans le capitalisme contemporain dans lequel la finance prévaut? La subjectivité s'articule avec les relations sociales dans lesquelles les travailleurs sont insérés, et pour la majorité, la domination du capital financier avec une clé politique, culturelle et idéologique tend à s'imposer pour le moment. Avec la financiarisation, le capital cherche à confronter les travailleurs conçus comme de purs coûts de main-d'œuvre, vidés de leur subjectivité par des voies diverses. Par précarité, par expropriation de divers droits du travail; en automatisant davantage, par la subordination technologique dans les conditions de travail; par la substitution des contrats de travail pour des contrats commerciaux, en transférant le statut de travailleur à la figure de l'entrepreneur. Les salariés, qui constituent toujours la majorité des travailleurs, résistent à la vidange de leur subjectivité par une action directe dans les conflits du travail ou par la défense de droits collectifs préservés dans les institutions du travail toujours en place. De nos jours en Argentine, les syndicalistes expriment une subjectivité renforcée par la reconstruction d'un centre social qui articule la classe ouvrière avec la classe moyenne, ce qui motive la mobilisation contre les politiques d'ajustement mises en place par le dernier régime néolibéral.

Mots-clés: Financiarisation; Employé Salarié; Précarité; Corporatisme; Mobilisation.

Resumen

¿Qué significados asume la subjetividad de los asalariados en el capitalismo contemporáneo en el que prevalecen las finanzas? La subjetividad se articula con las relaciones sociales en las que los trabajadores están insertos y para la mayoría tiende a imponerse actualmente la dominación del capital financiero como una clave política, cultural e ideológica. Con la financierización, el capital busca confrontar con trabajadores concebidos como puro costo laboral, vaciados de subjetividad a través de diversos senderos. Por la precarización, mediante la desposesión de derechos laborales; por la creciente automatización, mediante la subordinación tecnológica en las condiciones de trabajo; a través de la sustitución de contratos laborales por contratos mercantiles, desplazando la condición de trabajador hacia la figura del empresario. Los asalariados, que siguen constituyendo la mayoría de los trabajadores, resisten el vaciamiento de su subjetividad mediante la acción directa en conflictos laborales, o mediante la defensa de derechos colectivos sostenidos en las instituciones laborales que aún perduran. Actualmente en Argentina, los trabajadores nucleados en sindicatos expresan una subjetividad fortalecida por la reconstitución de un centro social que articula la clase obrera con las clases medias asalariadas, que impulsa la movilización contra las políticas de ajuste implementadas por un régimen de neoliberalismo tardío.

Palabras clave: Financiarización; Asalariado; Precarización; Empresarialismo; Movilización.

Este trabalho provem dos avanços estrutura social da Argentina⁴, que de um estudo sobre as mudanças recentes da desenvolvemos no Instituto de Estudos da

⁴ Palomino H. y Dalle P. (2016): “*Movilización, cambios en la estructura de clases y convergencia de ingresos en Argentina entre 2003 y 2013*” – Desarrollo Económico N° 218, vol. 56, mayo-agosto 2016. Ed. IDES. Buenos Aires, Argentina.

América Latina e do Caribe, da Universidade de Buenos Aires, com sede na Faculdade de Ciências Sociais, com a codireção de Pablo Dalle, do Instituto Gino Germani, no qual colaboram os docentes da cátedra de Relações do Trabalho da mesma faculdade, e um grupo de estudos sobre Poder Político e Sociedade, no qual este ano focamos no capítulo sobre Financeirização e Classes Sociais⁵. Eu gostaria de esclarecer que o interesse sobre o tema segue programas de estudos de longo prazo sobre a estrutura social e que os temas de conjuntura são estudados nesse contexto. Isso significa que, mesmo que vários dos temas e o enfoque adotado aqui seguem de perto a conjuntura atual e latino-americana, não constituem o foco central do estudo.

Além disso, no seu número do segundo semestre de 2017 da Revista da Regulación de Francia, cuja edição eletrônica pode ser consultada na internet, está dedicada justamente ao tema de financeirização e classe sociais, publicação que recomendo sobremaneira para os interessados no tema.⁶

Palomino H. y Dalle P. (2017): “*Exploraciones sobre el núcleo de la clase obrera en Argentina entre 2003 y 2015*”. Ponencia presentada en el IV Seminario Internacional sobre Desigualdad y Movilidad Social en América Latina. 31/5 a 2/6 de 2017– Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de La Plata. Provincia de Buenos Aires. Argentina.

⁵ O grupo está integrado por Mirta Libchaber especializada em estudos das corporações agropecuárias e nas entidades e clubes de elites, Sofia Villarreal especializada no

estudo da União Industrial y María Julia Bertomeu, filósofa política do Conicet que dirige a revista digital Sin Permiso.

Quanto ao que é financeirização, seguimos uma definição relativamente simples que pode ser consultada em uma publicação recente da CEPAL, sede em Buenos Aires, que se refere a dois aspectos: i) a influencia cada vez maior das finanças na economia, ii) a separação (ou perda de “ancoragem”) da economia real em relação com as finanças. Esta definição foi tomada desse texto, em cuja introdução se sinaliza o seguinte:

“A influencia cada vez maior da lógica das finanças na economia mundial e a progressiva desarticulação entre o setor real e financeiro são dois dos elementos distintivos do desenvolvimento capitalista desde a metade da década de 1970. A análise deste fenômeno, conhecido como financeirização, ganhou relevância na década de 1980 devido a sucessão de crises financeiras que se desdobraram em distintos países em desenvolvimento, desde a Ásia até a América Latina. Depois da crise internacional de 2008, o tema foi novamente objeto de interesse. Porém, devido ao fato de essa crise ter sua origem

estudo da União Industrial y María Julia Bertomeu, filósofa política do Conicet que dirige a revista digital Sin Permiso.

⁶ Lemoine B. y Ravelli Q. (2018): *Introducción a Financiarización y Clases Sociales*. Revue de la Regulation 2º semestre 2017. París. France. / Traducido al castellano por Héctor Palomino en la revista Sin Permiso 18-05-2018.

<http://www.sinpermiso.info/textos/financiarizacion-y-clases-sociales>

em Wall Street, epicentro das finanças globais, a maioria dos estudos realizados tenderam a focalizar-se nas economias desenvolvidas. Sem perder de vista o alcance global do fenômeno, os trabalhos reunidos neste livro analisam os efeitos e a lógica da financeirização nas economias em desenvolvimento, a chamada financeirização periférica, em particular nos países da América Latina. Nos primeiros capítulos do livro se oferece um olhar histórico e conceitual do fenômeno, para depois focar em algumas de suas manifestações mais específicas, como sua influência na dinâmica do investimento produtivo, o gasto em pesquisa e desenvolvimento, as características do investimento estrangeiro direto, a gestão da política monetária, e a composição e a dinâmica do endividamento externo”. Tomado da apresentação do livro: *Estudios sobre financierización en América Latina*, Martín Abeles, Esteban Pérez Caldentey y Sebastián Valdecantos, editores, Mayo 2018 / LIBROS DE LA CEPAL⁷.

Os autores sintetizam os principais conteúdos e enfoques na introdução do livro, dentre os quais nos interessa destacar o seguinte:

“... David Harvey (2003, *The new imperialism*, Nueva York, Oxford

University Press) associa a acessão das finanças nas últimas quatro décadas ao avanço do que denomina acumulação por despossessão. Esse conceito se assemelha ao de acumulação originária em Marx, mas, a diferença deste, a mercantilização (commodification)... não se limita a um período fundacional e irrepetível, senão que... é nos momentos em que aflora a crise de sobreacumulação, como os experimentados a partir da década de 1970, quando a acumulação por despossessão ganha maior relevância, pois permite compensar (... desde o ponto de vista dos setores proprietários) a perda de dinamismo do processo de acumulação geral.

A predisposição a privatizar os serviços públicos e os sistemas da aposentadoria, ou à mercantilização de determinados direitos (outroza garantidos pelo Estado) – como a saúde e a educação – representam distintas variantes contemporâneas de acumulação por despossessão e produzem o mesmo efeito redistributivo que o cercamento da propriedade comunal em outros contextos históricos /como o da acumulação originária/. Segundo Harvey, um dos elementos específicos da etapa atual consistiria na centralidade das finanças como aríete da acumulação por

⁷Para acessar o livro: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43596-estudios-financierizacion-america-latina>

desposseção, em particular pela crescente facilidade para a titularização /securitización/ de ativos, um mecanismo que não só possibilitou os processos de privatização mencionados, mas que agilizou a mobilidade internacional do capital.

Financeirização e desposseção constituem, desde esta perspectiva, a face e a contra face de uma época histórica particular do desenvolvimento capitalista na qual o processo de acumulação se apoia cada vez mais na redistribuição de ativos” (p. 18, op. cit.).

A primeira precisão da realidade contemporânea que consideramos, é que a relação de trabalho prevalecente nas sociedades capitalistas é a do trabalho assalariado. Não se trata de propor um dogma, tampouco de uma particular vocação filosófica empirista, mas de indicar um fato social. O fato social, o ponto de partida em relação com o tema que nos convoca, o trabalho, é o da relação social prevalecente que contem o trabalho. As estatísticas do mercado de trabalho difundidas universalmente apresentam justamente esta configuração. E mostram que nas sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento, o trabalho assalariado

prevalece. Na Argentina hoje, constitui os 75% da PEA (População Economicamente Ativa, nota dos tradutores) urbana⁸. Essa proporção é mais elevada na Alemanha, ou nos Estados Unidos, e menor em alguns outros países latino americanos. Este ponto de partida é importante também por que existe uma tendência crescente a pensar/acreditar que o trabalho autônomo ou independente tende a ser majoritário. Isso não é assim, mais a crença que pode chegar a sê-lo também está difundida. Isso é discutível e faremos isso em parte, com base no fato de que as crenças estão enraizadas nas relações sociais e nos interesses dos grupos sociais. Isso é mais ou menos óbvio nas estatísticas do trabalho, que lidam com questões e conceitos como negociações coletivas, ou conflito trabalhista. Não se trata de revisar todas as estatísticas, mas simplesmente evocá-las para enfatizar que nosso ponto de partida são fatos sociais.

A segunda precisão é que nem todo trabalho assalariado está sujeito ao capital. O empregador da maioria dos professores, funcionários administrativos, do pessoal da saúde, é o Estado, nos seus diferentes níveis (nacional, estadual e municipal). Isso também acontece na maioria das

⁸Pesquisa Permanente de Domicílios (2018): *Caracterización de la PEA 4° Trimestre 2017*. Instituto Nacional de Estadística y Censos. Abril de 2018. Buenos Aires. Argentina.

sociedades: o setor público é o principal empregador desses serviços sociais que, em geral, coexiste com a prestação privada desses serviços, que geralmente cobre uma pequena parte dos mesmos. Isso é importante porque, embora o objetivo do capital, enquanto empregador, seja captar renda do trabalho, se apropriarmos de obra excedente na forma de mais-valia ou benefício de capital, o interesse do Estado não reside no lucro ou na extração da mais-valia. Pelo contrário, em todos os países, se assume a obrigação estatal de fornecer esses serviços em nome de toda a sociedade, seja diretamente ou como regulador.

A terceira precisão é que as relações de trabalho configuram a sociedade como uma sociedade de classes. Isso compromete diferentes modos de vida, de consumo, de organização social, de poder político, de cultura, intimamente associados com a renda pelo trabalho e pela arrecadação de rendas e excedentes gerado pelo trabalho. Esta é uma condição da existência social, além das aspirações que podemos ter em termos individuais. Na sociologia, comumente usamos as ocupações como o critério central para descrever a estrutura social e a estratificação social. Também constatamos que entre estas classes comumente se estabelecem disputas pela renda, status social e poder político. A importância das disputas pela renda é

chave, e é por isso que se diz que nosso país é caracterizado por um conflito distributivo.

A quarta precisão é que as sociedades capitalistas registram mudanças importantes ao longo da história. Embora a relação capital/trabalho é a modalidade prevaiente de trabalho no capitalismo, isto deve ser entendido em termos de horizonte histórico, este horizonte indica que continuamos evoluindo como sociedades capitalistas e que o assalariado constitui a relação central daqueles que ganham renda pelo trabalho, mas o conteúdo dessa relação foi variando com o tempo. Isso é decisivo, por que esses conteúdos constituem-se hoje como objetos de disputas acirradas que comprometem não apenas a renda, o conflito distributivo, mas as modalidades contratuais e formas de proteção social. Praticamente a maioria das disputas culturais hoje passam por esse tipo de conteúdo, desde a precarização laboral atéoempresarialíssimo. A este vamos nos referir nesse trabalho, isto é, tomaremos os eixos centrais da atualidade, embora os localizemos em relação ao seu contexto histórico.

Uma quinta precisão é que não devemos ver a questão histórica apenas do ponto de vista do trabalho, mas do ponto de vista da relação capital/trabalho. Isso é tão importante quanto que toda periodização do capitalismo privilegia a forma de capital dominante. Não revisaremos uma discussão

extensa, mas nos limitaremos a discutir alguns aspectos do que significa o domínio atual do capital financeiro. Isso é importante em dois sentidos. Um se refere à dominação ligada ao poder político, uma vez que uma parte importante das mudanças que estamos sofrendo atualmente é essa relação entre poder político e finanças. Outro aspecto é o que significa o que chamamos de "financeirização da vida social", que dá luz ao subtítulo deste trabalho, que são as modalidades de inclusão social. É possível que isso seja melhor compreendido em comparação com outro período, o da predominância do capital industrial no emprego, ou como um setor econômico de inserção do núcleo da classe trabalhadora. Atualmente, a maior inserção de emprego é observada nos setores que os classificadores internacionais de ocupações denominam como "serviços", que incluem uma considerável variedade de modalidades e categorias de ocupação. Isso determina que existem fronteiras imprecisas entre "atividades produtivas" - como as da agricultura ou indústria - e os "serviços". No caso de atividades ligadas à produção de software, ou com edições digitais de jornais e revistas, por exemplo, é difícil distinguir entre "indústria" e "serviço" ou mesmo "comércio".

Uma sexta precisão refere-se ao debate sobre o trabalho como força produtiva, já presente em Marx, que não é a

única força, mas que vai junto com a ciência, sobretudo, com sua aplicação à atividade produtiva, a tecnologia. Em relação a tecnologia é necessário sinalizar também que a consideramos aqui como incorporada dentro de uma relação social, no sentido que não há tecnologia que funcione "por fora" das relações sociais. Existem várias dimensões da vida social e econômica que tende a ser descrita em termos de uma quarta revolução industrial, na qual prevalece diversos componentes tecnológicos que vão desde as mudanças de conteúdo do trabalho, digitais e materiais, a concepção do corpo, que incorpora prótese e a regeneração de tecidos que se realizariam mediante máquinas de reprodução 3D, até seu deslocamento total - pela automatização e a robótica - ou parcial - e pela mudança de composição de ramo ou atividade econômica, que supõe a conceptualização do seu trabalho como serviço. Como este é um tema muito abrangente e não gostaria de me afastar do eixo central, só levaremos em conta algumas questões como o novo fantasma que percorre nossas sociedades, deveríamos dizer, volta a percorrer a sociedades, o do desemprego tecnológico.

Finalmente, abordaremos a dimensão da subjetividade. Algumas das conclusões que eu gostaria de compartilhar e discutir são: i) a conclusão principal é que uma sociedade financeirizada, como a que se

vem configurando na Argentina a contrapartida do capital é a de um trabalhador “esvaziado de subjetividade”, por que é concebido como puro custo laboral, em uma dimensão contratual na qual, no limite, o sujeito ficaria dentro de uma relação exclusivamente mercantil, desprovido de toda proteção social, quer dizer salário ficaria desvinculado da aposentadoria e de outros direitos sociais. Se se analisa a perda da proteção social, a noção que prevalece é a da precarização; por outro lado, se se analisa ao caráter mercantil do trabalho, nos casos de perda de identidade como assalariado, a noção que prevalece é a de empresarialíssimo.

ii) O que significa isso na dimensão organizativa do trabalho? Mesmo os mitos e tecno utopias do progresso ao estilo “Silicon Valley” propõem o ideal de um trabalhador que toma decisões de maneira autônoma, e este anima o ideal empresarialista, desde o ponto de vista dos assalariados, na prática, se tem apagado toda autonomia subjetiva como trabalhador, já que tem interiorizado como próprios os objetivos do capital: ele é capital “humano”. Uma situação na qual o trabalhador se transforma em empresário. Com o custo, claro, de pagar sua aposentadoria e seguro médico. Este é o perfil típico do monotributista, o empresário de si mesmo.

iii) Há uma situação pior, a que vincula o assalariado com o organizador do

seu trabalho em termos de interiorização de normas e com a tecnologia como um controle externo, sem deixar de ser assalariado. Na situação anterior, pelo menos a ideologia empresarialista funcionava como consoladora e, nos fatos, como uma promessa de independência. Mas nesta situação o que surge nas entrevistas com trabalhadores das atividades que vinculam humanos com robôs, como na logística (esse tipo de tarefa nas quais um autômato informa ao trabalhador sobre o produto a transladar na cadeia de distribuição e o guia para o setor/estante no espaço de armazenamento), no qual ritmo é imposto pelo robô, e este opera como comando e controle externo do trabalhador. E também, nas atividades nas quais o trabalhador interioriza as normas, quer dizer ele mesmo se converte em um controlador subjetivo “por conta de outro (do capital)”, como em alguns trabalhos bancários ou, incluso, nas telecomunicações e até nas tarefas de venda direta em salões.

iv) Em ambos os casos, pelo robô ou pela norma, o trabalhador aparece “esvaziado” de subjetividade. Ou atribulado. Ao ponto do suicídio, como entre os empregados da Telecom na França, onde anos atrás se registrou uma onda de suicídio entre seus empregados, afetados precisamente pelas mudanças de paradigmas nos conteúdos do seu trabalho. Inclusive, alguns dos produtos do

entertainment contemporâneo nos oferece retratos excepcionais desta subjetividade esvaziada. Estou pensando nas figuras dessas *cyber* criaturas de *BladeRunner* – na sua segunda parte –, e nos empregados de empresas financeiras caracterizadas em algumas series que podem ser vistas na Netflix, como *Billions*.

O crescente endividamento dos lares é um dos aspectos característicos da financeirização nos países centrais. Antes da crise mundial derivada do aumento dos preços do petróleo, no início da década de 70 do século passado, “... o crescimento econômico era impulsionado pela demanda interna, devido a um conjunto de instituições trabalhistas que garantiam o crescimento dos salários reais a um ritmo semelhante ao da produtividade. O progressivo desmonte dessas instituições deu lugar a um novo regime de acumulação dominado pelas finanças ou financeirizado (Boyer R. 2000: “Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis”, *Economy and society*, vol. 29, N° 1.). Neste regime, o ritmo de crescimento dos salários reais tende a ser mais lento a respeito da dinâmica da produtividade... O que se manifesta no retrocesso da participação dos salários na renda... e o consumo privado passa a estar impulsionado de maneira cada vez mais generalizada pelo endividamento dos lares (pág. 22 do citado livro de

CEPAL). Precisamente, os empréstimos hipotecários foram um dos eixos centrais da crise financeira internacional de 2008.

Em relação com o exposto, perante a pergunta de se “Existe um regime de acumulação financeira na América Latina?”, a obra da CEPAL indica que... nas economias latino-americanas nas últimas décadas... – com a provável exceção do Chile – ainda não chega a ser observada uma primazia das finanças semelhante à registrada nos países desenvolvidos... a diferença do que ocorre nos regimes de acumulação financeirizados das economias centrais, o consumo privado na maioria dos países da região não está impulsionado de maneira preponderante pelo crédito bancário... em “substituição do salário real” (pág. 23 op. cit.).

Agora podemos propor o que significa o trabalho na era da financeirização. Na realidade, na medida que se o concebe como puro “custo”, simplesmente se o “desconta”. Tanto faz se tem proteção social ou não, se é formal ou informal: se inclui como custo. Em todo caso, é um mundo de credores e endividado. Neste mundo, digamos que o risco psicossocial se apaga, todo risco passa a ser financeiro e isso incrementa a taxa de juros que paga o endividado, e essa taxa é fixada por um *scoring*, um ranking de risco. É nesse sentido que, tal como sinalizamos anteriormente, o trabalhador vinculado com

o capital financeiro fica “esvaziado” de subjetividade.

A dominação do capital financeiro não é absoluta, mas sim relativa. Se revisarmos esta dominação nas práticas de sociedade realmente existentes, na realidade em todas elas achamos sempre proteções e regulações estatais das atividades das pessoas. E também podemos classificar as sociedades segundo diferentes níveis de construção, ou erosão, do estado social, ou do estado de bem-estar. Uma forma de classificar hoje as sociedades seria o ponto em que continua funcionando o estado de bem-estar. Se olharmos o mundo do capitalismo desenvolvido, talvez possamos constatar como isso funciona na Inglaterra. Em *Eu, Daniel Blake*, o filme de Ken Loach de 2016, se oferece um retrato vívido de como se desgasta o estado de bem-estar mediante a terceirização dos serviços, nos quais as agências privadas contratadas aplicam os critérios de avaliação de risco de doenças (formalmente similares aos aplicados nos bancos nas relações financeiras com seus clientes, organizadas em termos de algum sistema *descoring*) aos desempregados que procuram os escritórios de atendimento de serviços de emprego. No filme de Loach, o protagonista que teve que deixar de trabalhar por doença, enfrenta um sistema anônimo avaliador de risco que aponta que sua pontuação não é suficiente para esse

subsídio, e lhe informa que ele deve solicitar um subsídio por desemprego, cujo a condição é que ele é punido se procurar trabalho, e não pode rejeitar, o trabalho, se o achar. Fica entre a cruz e a espada. Obviamente, a discussão sobre o *scoring* está articulada com a questão financeira e o déficit fiscal, matéria esta última sobre a qual nós argentinos estamos bastantes informados, por bem ou por mal.

Até que ponto penetra a financeirização da vida social, possivelmente o encontremos nos níveis de “baixo” da pirâmide de estratificação, tais como os bairros mais pobres em que residem alguns setores populares. Por exemplo, as empresas privadas de eletricidade, nos anos 90, colocavam medidores de luz nas vilas; isso é muito conhecido pelos pesquisadores que estudam os impactos das políticas sociais nesses setores. Apesar que essa instalação de medidor as vezes é deplorável: um poste de cimento em uma casa cujas as paredes não resistiram o medidor e onde o chão se afunda. Uma forma fraudulenta de oferecer cidadania, por que desde então os bancos concedem cartões de crédito a quem pode dar conta do pagamento domiciliário de serviço, como luz, água, etc. Um mundo inclusivo, em síntese. Agora, até oferecem créditos justamente por que são caros demais. Mas os anos 90 terminaram mal (no colapso financeiro de 2001), a reiteração

dessas práticas hoje gera numerosas perguntas.

Uma observação adicional, a saída da crise de 2008, mesmo que provocada pela desarticulação da economia real e financeira – foi a boia das hipotecas -, se desdobrou em uma multiplicação da economia financeira, ainda mais intensificada. Quando começaram a se atenuar os impactos da recessão nos países centrais e quando retornaram as demandas por salários um par de anos depois da crise, surgiram as iniciativas de aplicar políticas de austeridade, entre elas, de reformas trabalhistas promovidas pelos organismos multilaterais. Finalmente com o surgimento de movimentos sociais nos Estados Unidos e na Europa e o aprofundamento da desigualdade, foi se tornando cada vez mais em um problema generalizado, reapareceu o fantasma do desemprego tecnológico.

Voltando ao nosso país, em grande medida a crise internacional de 2008 parece ter sido antecipada pela nossa própria crise de 2001, que foi o resultado quase natural da evolução econômica social dos anos 90. Os efeitos sobre o mercado de trabalho, o aumento da informalidade de trabalho, a precarização, o desemprego, a pobreza são bem conhecidos. Também o fenômeno da

polarização social e da renda, um aumento da distância entre ricos e pobres e entre os que tem mais renda. Também é conhecido o aumento dos novos pobres, um setor das classes medias pobres por renda, embora com necessidades básicas cobertas, como casa. Se deu menos atenção a outro fenômeno, que é o espelho da polarização e que se refere à ruptura do centro da estratificação social. Naquela época difundiu-se a metáfora darwiniana, de “ganhadores” e “perdedores”: um setor das classes médias se associou com os ganhadores e o outro aumentou as filas dos novos pobres. Mais ou menos, essa é a descrição que realizaram vários analistas do período, como Maristella Svampa⁹, por exemplo. Foi uma descrição que coincidiu com a que se realizou nos anos 80, sobre como a estrutura social da Argentina foi afetada pelas políticas econômicas aplicadas por Martinez de Hoz durante a ditadura militar de 1976 –1983. Na pesada herança do modelo econômico aplicado pela ditadura, também figurava a ruptura do centro da estratificação social. Isso foi um balanço difundido por alguns pesquisadores¹⁰ e coincidia, em sentido geral, com um sentimento generalizado na população. Efetivamente, estes regimes,

⁹Svampa, M. (2005): *La sociedad excluyente*. Ed Aguilar, Buenos Aires, Argentina.

¹⁰Palomino, H. (1989): “*Reflexiones sobre la evolución de las clases medias en la Argentina*”, en Revista El Bimestre Político y Económico N° 42. Ed. CISEA, Buenos Aires, Argentina.

tanto o de Martínez de Hoz na ditadura militar de 1976 – 1983, como o da década de 90 (sob o governo de Menem), se caracterizam pela ruptura dos setores médios.

Se caracterizar o período anterior ao atual, o que vai desde 2013, na saída da crise de 2001, e 2015, alguns indicadores são chaves. Em primeiro lugar, a melhora distributiva, refletida especialmente no aumento da participação do salário na distribuição funcional da renda. Isso pode se observar com os dados do INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo da Argentina, nota dos tradutores). Os técnicos de Contas Nacionais – isso está no site – indicam que em 2017 a participação dos salários atingiu 50.8% da renda. Com uma metodologia similar, em alguns casos os mesmo técnicos e especialistas tinham constatados que essa participação foi de 34% em 2002. Essa baixa participação estava associada com a desvalorização desse ano, que implicou uma transferência importante de renda ao setor empresarial. Agora, o aumento a 50.8% da participação do salário em 2017 dificilmente é atribuível às políticas econômicas aplicadas nestes dois últimos anos, 2016 e 2017. Parece mais prudente atribuí-las ao período anterior. Parece evidente também que este aumento na participação reflete o aumento do emprego assalariado e, ao mesmo tempo, a melhora do salário real. A combinação de

ambos, emprego e salário, explicaria esse notável aumento da participação do salário, mas isso é necessário atribuí-lo as políticas do período 2003 e 2015. Mas também teria que atribuí-lo a uma mudança na dinâmica social e o caráter assumido pelo impulso distributivo.

As evidências disponíveis mostram que entre 2003 e 2015, em boa parte se passou de um regime de individualização da relação salarial, prevalecente nos anos 90, a um regime de determinação coletiva dos salários. Isso é o que mostram as estatísticas de negociação coletiva, pois enquanto nos anos 90 se homologavam uns 200 convênios coletivos por ano, a cifra de homologações se multiplicou sete ou oito vezes no período recente, atingindo cerca de 1800 homologações anuais. Isso reflete a determinação do salário através da negociação coletiva, uma instituição que canaliza a luta distributiva. Uma característica desta instituição é que a distância entre os que ganham mais e ganham menos em uma atividade ou setor, é seguramente menor que se não mediaram as escalas de convenio e foram fixadas pelo mercado. E como, além disso, a política impositiva que taxa as rendas maiores tendeu a recortar os salários mais elevados, e a política de salário mínimo, vital e móvel tendeu a subir o piso da renda, a evolução salarial ingressou em um canal de convergência, diminuindo a diferenciação

salarial. Lembremos que na negociação coletiva participam trabalhadores de classe operaria, da indústria, da logística, e outros de classe média, como bancários, docentes, profissionais e técnicos da saúde, empregados públicos da administração “não manuais” Por outro lado, os típicos setores de classe medias independentes, profissionais, comerciantes, seguramente aumentaram sua renda a favor do crescimento da demanda do mercado interno e do consumo. Mas como os salários cresceram mais rápido, isso também acentuou a convergência da renda.

Qual foi o impacto das novas políticas econômicas e sociais aplicadas entre 2003 e 2015 sobre o perfil da estrutura social? O de uma recomposição do centro da estratificação social. Como vínhamos de um período de polarização social de aumento das desigualdades, que foram características dos anos 90, tendeu-se a medir a qualidade do novo modelo produtivo de 2003 a 2015 em termos de sua contribuição à redução da distância entre ricos e pobres. Mesmo que essa distância se reduziu, continuou sendo alta. Se falou então de “insuficiência” desse modelo para reduzir as desigualdades entre o setor de “cima” e o setor “de baixo” da estratificação social¹¹. Mas não se

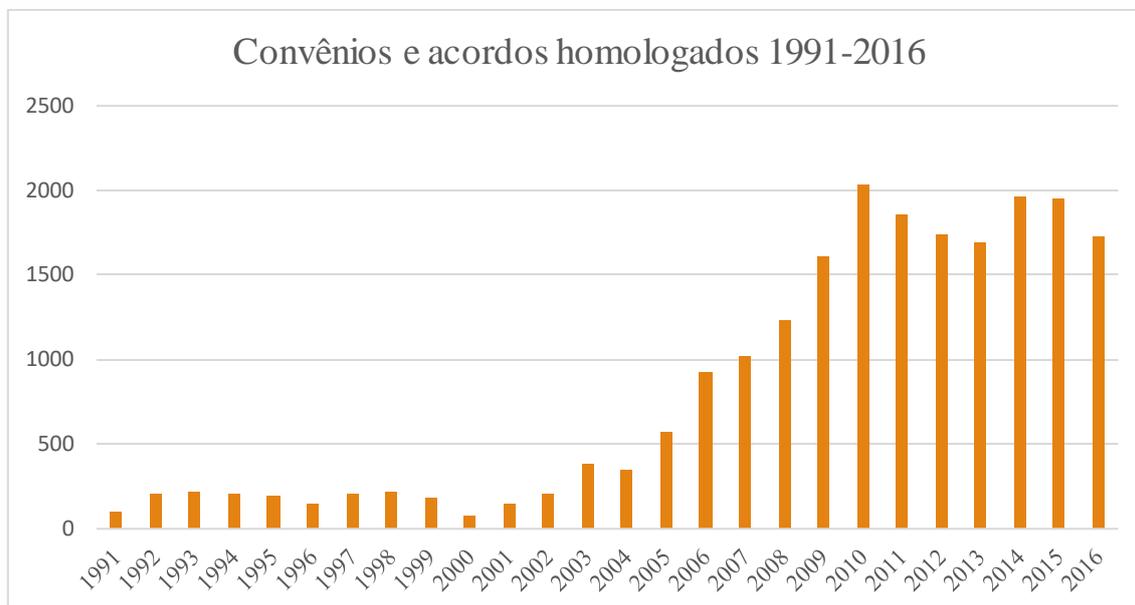
percebeu que o espelho da polarização social tinha se modificado, por que, em realidade, tinha-se recomposto o centro da estratificação através da convergência de renda entre classe operaria e classes medias assalariadas e especialmente por toda a dinâmica social descrita. E, além disso, essa dinâmica associou-se com o predomínio de uma ação coletiva presidida por organizações sindicais. Em todo esse período os conflitos trabalhistas foram permanentes.

Em síntese, se houvesse que pensar o que diferencia a situação atual das situações anteriores, a do modelo da conversibilidade, diria que aquele se aplicou logo após duas ondas de hiperinflações sucessivas e que a sociedade estava enfraquecida. Mas hoje, a instalação deste neoliberalismo tardio encontra uma sociedade fortalecida mobilizada em defesa de seus direitos e rendas. Há maior integração através de instituições trabalhistas, proteção social articulada com o salário e políticas sociais. E uma dinâmica de comportamento vinculada com a organização sindical, até os trabalhadores da economia popular aspiram a isso. Possivelmente esta é a maior dificuldade que enfrenta a tentativa governamental de aprofundamento das políticas de ajuste.

¹¹Salvia, A, (2016): *Claves sobre la marginalidad económica y la movilidad social. Segregación*

urbana y cambios macroeconómicos. Ed. Biblos. Buenos Aires, Argentina.

Gráfico 1: Negociação coletiva 1991-2016. Argentina. Setor privado



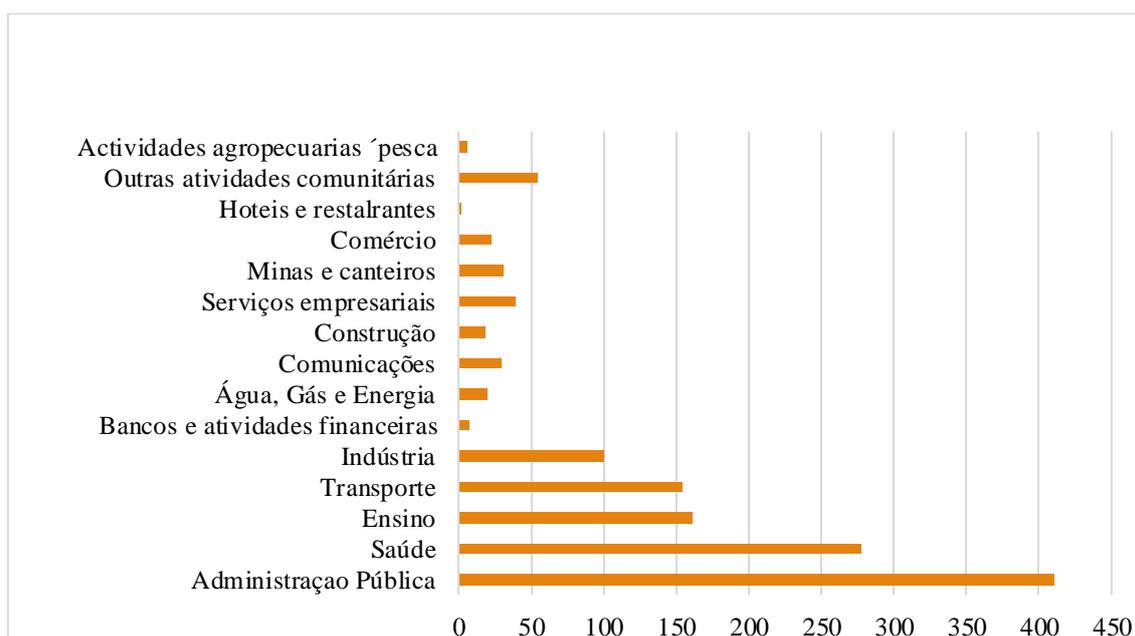
FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL. Dirección de Estudios de Relaciones do Trabalho. Subsecretaria de Programación Técnica e Estudios Trabajistas. 2017.

Gráfico 2: Conflitos trabalhistas com greve 2006-2016 - Argentina



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL. Dirección de Estudios de Relaciones do Trabalho. Subsecretaria de Programación Técnica e Estudios Trabajistas. 2017.

¹²Bertomeu, M.J. (2018): *Volver al Fondo. Entrevista a Héctor Palomino*. Revista Sin Permiso. <http://www.sinpermiso.info/textos/argentina-volver-al-fondo-entrevista>

Gráfico 3: Conflictos trabalhistas por setores de atividade. Argentina. 2016

FONTE: MINISTERIO DO TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL. Direção de Estudos de Relações do Trabalho. Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Trabalhistas. 2017.

Referências

- Bertomeu, M.J. (2018). Volver al Fondo. Entrevista a Héctor Palomino. **Revista Sin Permiso**. <http://www.sinpermiso.info/textos/argentina-volver-al-fondo-entrevista>
- Lemoine B. y Ravelli Q. (2018). Introducción a Financiarización y Clases Sociales. *Revue de la Regulation* 2º semestre 2017. París. France. /Traducido al castellano por Héctor Palomino en la **revista Sin Permiso** 18-05-2018. <http://www.sinpermiso.info/textos/financiarizacion-y-clases-sociales>
- Palomino H. y Dalle P. (2017). “Exploraciones sobre el núcleo de la clase obrera en Argentina entre 2003 y 2015”. Ponencia presentada en el **IV Seminario Internacional sobre Desigualdad y Movilidad Social en América Latina**. 31/5 a 2/6 de 2017–Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de La Plata. Provincia de Buenos Aires. Argentina.
- Palomino H. y Dalle P. (2016). “Movilización, cambios en la estructura de clases y convergencia de ingresos en Argentina entre 2003 y 2013” – **Desarrollo Económico** N° 218, vol. 56, mayo-agosto 2016. Ed. IDES. Buenos Aires, Argentina.
- Palomino, H. (1989). “Reflexiones sobre la evolución de las clases medias en la Argentina”, en **Revista El Bimestre Político y Económico** N° 42. Ed. CISEA, Buenos Aires, Argentina.
- Pesquisa Permanente de Domicílios (2018). Caracterización de la PEA 4º Trimestre 2017. **Instituto Nacional de Estadística y Censos**. Abril de 2018. Buenos Aires. Argentina.
- Salvia, A. (2016). **Claves sobre la marginalidad económica y la movilidad social. Segregación urbana y cambios macroeconómicos**. Ed. Biblos. Buenos Aires, Argentina.

Svampa, M. (2005). **La sociedad excluyente.** Ed Aguilar, Buenos Aires, Argentina.

Data de Submissão: 24/05/2018

Data de Aceite: 25/09/2018